

Textos para Doha incluem demandas brasileiras

Assis Moreira

O Brasil teve demandas incorporadas nos novos textos agrícola e industrial, que servirão como base para intensivas barganhas nas próximas semanas, para um eventual acordo na Rodada Doha. O novo texto industrial, sobretudo, procura deixar todas as opções abertas para garantir espaço a negociação entre os ministros. Não houve a "derrapagem" que o Brasil temia. Mas o número de colchetes, refletindo as persistentes divergências entre importadores e exportadores, sinaliza que um entendimento é bem difícil nas próximas semanas.

A maior expectativa era justamente sobre o que o mediador da negociação para produtos industriais, Don Stephenson, proporia. Ele jogou tudo quanto é opção no papel, mas sem categorização. Incorpora propostas feitas pelo Mercosul, pela Venezuela, pelos Estados Unidos, pela União Européia e África do Sul em pontos especialmente sensíveis, sem indicar as que têm mais possibilidade de consenso entre os membros.

Para os países emergentes, o texto do mediador industrial inclui opções com maior faixa de coeficientes e de flexibilidade para proteger setores industriais. As faixas para os cortes tarifários agora são em três grupos, entre 19 e 26 (o maior era 23). Quanto maior é o coeficiente, menor é o corte, mas menor também é a flexibilidade.

Por uma opção, emergentes aceitando coeficiente entre 19 e 21 serão autorizados a proteger entre 12% e 14% de suas linhas tarifárias industriais (com corte menor), desde que não excedam entre 12% e 19% do valor das importações.

O Mercosul sempre defendeu flexibilidade maior para proteger setores sensíveis na área industrial e não estará descontente nesse aspecto, já que até recentemente Washington e Bruxelas sequer queriam tocar no assunto. Países em desenvolvimento que escolherem entre os coeficientes 21 e 23 poderão proteger 10% de suas linhas tarifárias, aplicando apenas metade dos cortes propostas pela fórmula geral. Ou podem isentar 5% de qualquer redução.

Finalmente, os emergentes preferindo coeficiente entre 23 e 26 renunciariam a qualquer flexibilidade especial para suas indústrias. É o que prefere o México, para não arbitrar quais setores proteger, e dar o mesmo corte para toda a indústria.

O documento inclui possibilidade de outras provisões especiais para os países em desenvolvimento. Os que participarem de negociações setoriais, para aumentar os cortes tarifários em determinadas áreas, como químicos, produtos elétricos e equipamentos industriais, ganham pontos adicionais, ou "crédito", para escolher um coeficiente maior - e portanto, menor corte sobre as tarifas em geral.

Os coeficientes 19 a 26 representam reduções variando de 55% e 63% nas tarifas consolidadas, no caso do Mercosul. O mediador também deixa para os ministros decidirem se a Venezuela deve receber tratamento de economia pequena e vulnerável, por ser dependente de uma só commodity, o petróleo. Pelas ameaças de Caracas de bloquear um acordo, a possibilidade deste pleito ser atendido é razoável.

Stephenson incorporou desta vez a possibilidade para os países ricos cortarem mais as suas tarifas industriais. A alíquota mais alta num país rico deveria ser de 7%. Os Estados Unidos já disseram que não aceitam esse percentual, em razão do problema politicamente sensível de seu setor têxtil.

"Todos os problemas políticos dos países emergentes foram cobertos, mas dizer que isso facilita entendimento é outra história", reagiu um tarimbado negociador ontem à noite.

No texto agrícola, o mediador Crawford Falconer traz poucas surpresas. Desta vez, deixa aberta a possibilidade de cortes de subsídios e de tarifas maiores do que nas propostas anteriores. Ele incluiu o método para calcular a expansão de cotas para produtos sensíveis, que foi negociada pelo Brasil, Estados Unidos, União Européia, Japão, Austrália e Índia.

Para a "caixa verde", que são os subsídios com menor distorção no comércio, o mediador copiou basicamente a proposta do G-20, o grupo liderado pelo Brasil. O texto, contudo, confirma a dificuldade sobre produtos especiais e salvaguarda para os emergentes, exigidos pela Índia, China, Indonésia e outros países, para frear importações agrícolas. O texto nesse ponto, porém, é mais claro para os ministros tomarem uma decisão.

Fonte: Valor Econômico, São Paulo, 20 maio 2008, Brasil, p. A4

A utilização deste artigo é exclusivo para fins educacionais.